



## **O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA E SUAS CONDIÇÕES FACILITADORAS.**

**Leandro Wolpert dos Santos\***

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo fazer uma releitura do surgimento e consolidação da segurança energética enquanto categoria de análise nos estudos de segurança internacional. Para tanto, além da introdução e das considerações finais, três seções foram elaboradas: na primeira, busca-se definir, recorrendo-se à teoria de securitização de Buzan e Waever, o conceito de segurança energética, o qual servirá como referencial teórico para toda discussão subsequente do trabalho; a segunda seção descreve historicamente como a questão energética tornou-se um assunto de segurança internacional; e, por fim, a terceira seção identifica as condições facilitadoras que permitiram com que a segurança energética ocupasse um lugar proeminente na atual agenda internacional.

**Palavras-chave:** Segurança Energética; Segurança Internacional, Teoria da Securitização.

### **ABSTRACT**

This article aims to make a reinterpretation of the rise and consolidation of energy security as a category of analysis in international security studies. Thus, besides the introduction and the final considerations, three sections were prepared: first, we seek to define, resorting to Buzan and Weaver securitization theory, the concept of energetic security, which will serve as a theoretical framework for all the subsequent discussion work; the second section describes how historically the energy issue has become an international security issue; and, finally, the third section identifies the enabling conditions that allowed that energy security occupy a prominent place in the current international agenda.

**Keywords:** Energy Security, International Security Agenda, Securitization Theory.

---

\* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do grupo de pesquisa Política internacional: governança global e políticas externas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8279325272170942>.

## 1- INTRODUÇÃO.

Desde os fins da 2ª Guerra Mundial, quando surgiram, até o término da Guerra Fria, os estudos de segurança internacional orientaram-se, quase que exclusivamente, ao fenômeno da guerra e ao uso da força militar nas relações internacionais. Consistiam em seu objeto de análise, por excelência: a preservação da integridade física e institucional dos Estados frente às ameaças externas; as capacidades materiais constituintes do poder estatal, estribadas, em última instância, na projeção das forças militares; as condições nas quais o emprego da coerção física é mais provável para a garantia do interesse nacional; as políticas específicas levadas a cabo por líderes nacionais na condução da guerra e da diplomacia; o controle de armamentos convencionais de largo alcance e, sobretudo, de destruição em massa; as crises políticas interestatais desatadas em um contexto de dissuasão nuclear que, mal administradas, poderiam resultar na hecatombe mundial; enfim, a competição política e ideológica entre o ocidente capitalista, baluarte da liberdade, e o oriente socialista, paladino da igualdade, que assinalou a ordem internacional bipolar na segunda metade do século XX<sup>1</sup>.

O fim da Guerra Fria, em 1989, significou um momento ímpar no desenvolvimento da disciplina de segurança internacional<sup>2</sup>. De fato, o término da competição bipolar e a transição para uma nova ordem internacional sem a ocorrência

---

<sup>1</sup> De acordo com Walt (1991), o desenvolvimento dos estudos de segurança entre 1945 e 1989 pode ser dividido em três fases: surgimento da “Era Áurea” nos anos 40, o esgotamento da “Era Áurea” em meados da década de 60 e o renascimento dos estudos de segurança na segunda metade dos anos 70. Embora apresentem traços distintos, todas essas três fases, como já mencionado acima, foram amplamente determinadas por preocupações de caráter eminentemente político-militar.

<sup>2</sup> Diferentemente daqueles que, como Stephen Walt (1991), afirmam a autonomia dos estudos de segurança internacional enquanto disciplina acadêmica, outros pesquisadores, a exemplo de Stuart Croft (2008), consideram-na um ramo de investigação, dentre outros - como economia política internacional, política externa, história internacional, etc. -, da ampla disciplina de Relações Internacionais. Para Walt (1991), o que distingue os estudos de segurança dos trabalhos teóricos de relações internacionais é o fato de o programa de pesquisa dos primeiros ser tipicamente orientado a problemas “práticos” da política internacional bem como a fenômenos que estão sob manejo e controle direto de líderes políticos nacionais, a exemplo de estratégias e doutrinas militares, instrumentos de políticas de Estado, etc. Para avaliar a conformação e o desenvolvimento da Segurança Internacional entendida em sua segunda concepção (enquanto sub-disciplina), consultar Croft (2008).

de uma guerra hegemônica<sup>3</sup> resultaram em um clima de grande euforia e otimismo, compartilhados por intelectuais e líderes políticos mundiais da época, em relação à possibilidade efetiva de se construir um sistema internacional cooperativo e pacífico, onde não mais haveria espaço para discursos *clauswitzianos* legitimadores da guerra enquanto instrumento político válido nas relações entre os Estados. Entre os mais entusiasmados, estava Francis Fukuyama (1992), segundo quem a concorrência da expansão da democracia representativa, regime fértil por excelência para abastar o desejo natural do homem pelo reconhecimento individual, e dos avanços tecnológicos e científicos, fomentados pela economia liberal de mercado, seria responsável pelo processo de homogeneização e harmonização da sociedade mundial. Assistia-se, assim, o “fim da história”, entendido como a eliminação definitiva dos conflitos mundiais de maior envergadura. As supostas evidências empíricas da Teoria da Paz Democrática pareciam corroborar nesse sentido, porquanto: “as democracias liberais não se comportam imperialisticamente (sic) uma com as outras, mesmo quando são perfeitamente capazes de entrar em guerra contra Estados que não são democráticos e que não partilham de seus valores básicos” (FUKUYAMA, 1992, p. 22).

Porém, é bem verdade que, naquela época de euforia, nem todos enxergavam um futuro promissor nos anos vindouros do pós Guerra Fria. Para Samuel Huntington (1997), por exemplo, o fim da bipolaridade não trazia consigo um quadro de estabilidade sistêmica, mas antes o espaço propício para a erupção de conflitos cultocivilizacionais que atuariam como as novas forças condutoras e determinantes da atual política internacional<sup>4</sup>. Com efeito, não demorou muito para que a crença liberal

---

<sup>3</sup> Segundo o realista Gilpin (1981, pp. 199, 200, grifo nosso), guerras hegemônicas possuem três características basilares: “*in the first place, such a war involves a direct contest between the dominant power or powers in an international system and the rising challenger or challengers. The conflict becomes total and in time is characterized by participation of all the major states and most of the minor states in the system. The tendency, in fact, is for every state in the system to be drawn into one or another of the opposing camps. Inflexible bipolar configurations of power frequently presage the outbreak of hegemonic conflict; second, [...] hegemonic wars are unlimited conflicts; they are at once political, economic, and ideological in terms of significance and consequences. They become directed at the destruction of the offending social, political, or economic system and are usually followed by religious, political, or social transformation of the defeated society; [...] third, a hegemonic war is characterized by the unlimited means employed and by the general scope of the warfare*”. Conforme o autor em tela, as guerras hegemônicas, na medida em que promovem mudanças na distribuição mundial de poder, nas regras e instituições internacionais, bem assim na divisão mundial do trabalho, constituem o mecanismo mais usual e eficiente de transformação da ordem internacional.

<sup>4</sup> Embora suas principais ideias estejam melhor elaboradas e sistematizadas em seu livro *O Choque das Civilizações*, Huntington já havia lançado sua hipótese central, qual seja, de que a política internacional

“progressista” logo se dissipasse diante dos acontecimentos subsequentes (PETERS, 2004). Os conflitos étnico-separatistas que sacudiram os Bálcãs em 1991-95 (Guerra da Iugoslávia) e 1996-99 (Guerra do Kosovo), não apenas contribuíram para corroborar, de certa forma, alguns dos argumentos de Huntington, como também ensejaram uma vasta produção teórica a respeito das novas guerras ou guerras de terceiro tipo, da relação existente entre o processo histórico de formação dos Estados, a estabilidade política-institucional e a incidência de conflitos intra-estatais de repercussão internacional (KALDOR, 2001 e HOLSTI, 2004). Pôs-se em baila a eloquente discussão sobre a legitimidade e abrangência das intervenções humanitárias ou operações de manutenção da paz, capitaneadas pela ONU, em regiões periféricas afetadas por distúrbios da ordem interna.

Entretanto, não foram “somente” as mudanças no perfil das guerras que afetaram o desenvolvimento da disciplina de segurança internacional. A retomada e intensificação de algumas tendências iniciadas ainda no fim da década de 60 e início na de 70 igualmente foi de fundamental significância. Cada vez mais, outros temas que não apenas os político-militares (re)começaram a ocupar espaço e relevância na agenda internacional, a exemplo das questões econômicas (globalização, crises econômicas e desregulamentação financeira) e ambientais (mudança climática e destruição da camada de ozônio), mas também daquelas relacionadas às migrações e aos refugiados de guerra, aos direitos humanos, às identidades étnico-culturais, etc. Outros temas que, de alguma maneira, sempre estiverem presentes nos estudos de segurança, mas que foram obnubilados pelo espectro ideológico da Guerra Fria, de igual modo passaram a receber atenção especial, tais quais os conflitos por recursos naturais estratégicos (sobretudo recursos energéticos), o crime organizado transnacional e o tráfico de armas, de drogas ilícitas e de pessoas. Ademais, não só a agenda de segurança foi ampliada no sentido de abarcar “novos” temas, como também no sentido de incluir novos atores no tabuleiro da política internacional, desde ONGs e empresas multinacionais até pequenos grupos coletivos e indivíduos<sup>5</sup>.

Nos anos 2000, com os atentados terroristas de 11 de setembro, uma tendência a, ou pelo menos tentativa de, (re)militarização da agenda de segurança internacional

---

do pós Guerra Fria seria movida pela ocorrência de guerras culto-civilizacionais, ainda em seus primeiros escritos de 1991 e 1993.

<sup>5</sup> Para uma visão holística dos principais temas da agenda de segurança ampliada, consultar Williams (2008) e Collins (2010).

voltou a ser forjada diante da “guerra ao terror” lançada pelo governo estadunidense (BUZAN, WAEVER, 2009). Por sua vez, a ascensão política e econômica da China passou a despertar interesse entre os analistas da área sobre uma possível, ainda que remota, nova disputa hegemônica mundial (MEARSHIEMER, 2003).

É exatamente nesse contexto, qual seja, de ventilação e complexificação da agenda de segurança internacional, onde os assuntos político-militares continuam desempenhando um papel importante, que o objeto de estudo desse artigo se desenvolve. Com o objetivo de fazer uma releitura da segurança energética enquanto categoria de análise da segurança internacional, além dessa introdução e das considerações finais, três outras seções foram elaboradas: na primeira, busca-se definir, de modo coerente, o conceito de segurança energética, o qual servirá como referencial teórico para toda discussão subsequente do trabalho; a segunda seção descreve historicamente como a questão energética tornou-se um assunto de segurança internacional; e, por fim, a terceira seção identifica as condições facilitadoras que permitiram com que a segurança energética ocupasse um lugar proeminente na atual agenda internacional.

## **2- O CONCEITO DE SEGURANÇA ENERGÉTICA.**

Ao ter assumido uma posição de alto relevo na agenda de segurança internacional no início do século XXI (MULLIGAN, 2008), e sendo utilizado largamente por tomadores nacionais de decisão política, organizações internacionais, ONGs, mídia e comunidade epistêmica, o conceito de segurança energética muitas vezes é tido como algo dado, de conhecimento de todos e que, portanto, não demanda um debate mais profundo sobre sua definição. Conforme aponta Ciutã (2010), essa falta de desvelo permite que o conceito assumam distintos significados e implicações de acordo com os diferentes usos que os autores fazem do termo, resultando na perda de sua coerência e capacidade analíticas. Este artigo não se propõe a relatar exaustivamente todas as possíveis definições já utilizadas para a conceituação de segurança energética, mas considera suficiente e necessário fazer algumas ponderações que possam jogar luz sobre o assunto.

A definição mais comum e simplória para segurança energética encontrada nas referências bibliográficas sobre o tema é o suprimento regular de energia em quantidade suficiente e a preços acessíveis (PRONINSKA, 2007, p. 216). Nesse sentido, o nível de segurança energética está relacionado aos conceitos de dependência e vulnerabilidade

energéticas. Em consonância a Bicalho e Queiroz (2012), a primeira pode ser física, calculada pela relação entre as importações líquidas de energia e a energia primária total que é produzida ou consumida, ou econômica, expressa pelo peso das importações de energia nas importações totais. Já a vulnerabilidade energética, segundo os autores, está relacionada com a concentração geográfica (e.g. número de países fornecedores de recursos energéticos) e confiabilidade política (e.g. estabilidade política nos mesmos países fornecedores) das fontes supridoras de energia. Destarte, conforme menores a dependência e vulnerabilidade energéticas, maior será a segurança energética, e vice-versa.

No entanto, esse conceito de segurança energética apresenta uma limitação evidente: seu reducionismo econômico. De fato, o simples fato de a palavra preços estar presente na definição já denuncia seu elevado teor econômico. Não é por acaso Bicalho e Queiroz (2012, p. 6, grifo nosso) dizerem que “o termo segurança energética se refere, usualmente, à segurança do abastecimento da energia necessária **ao desenvolvimento econômico** e ao **bem estar** de um país ou região”. Existem outros autores, por sua vez, que dão maior destaque aos aspectos (geo)políticos, ao invés dos econômicos. Para, Klare (2008, p. 484), por exemplo: “*most analysts describe it [energy security] as the assured delivery of adequate supplies of affordable energy to meet a state’s vital requirements, even in times of international crisis or conflict*”. Esse parece ser o caso de Flaherty e Filho (2013), para quem segurança energética corresponde, na verdade, a uma dimensão da segurança nacional, indispensável, enquanto recurso de defesa nacional e manutenção da ordem política interna, para a sobrevivência do Estado<sup>6</sup>. Segundo Oliveira (2012), a energia constitui um recurso de poder na política internacional, na medida em que contribui para o incremento das capacidades materiais (militares, econômicas) ou enquanto instrumento de guerra (e.g. na forma de sanções econômicas). Segurança energética estaria associada pois, além do crescimento e bem-estar econômicos, à logística nacional e soberania do Estado<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> É importante ter em mente a diferença existente entre segurança nacional e defesa nacional. De acordo com Rudzit e Nogami (2010), segurança nacional está relacionada à forma como um Estado concebe seu interesse nacional em suas diversas dimensões e identifica as possíveis ameaças a sua realização, estando disposto, em última instância, a ir à guerra para garanti-lo. Defesa nacional, por sua vez, consiste em dos instrumentos existentes, dentre outros, para a manutenção da segurança nacional, alicerçado no uso das capacidades militares articuladas em uma estratégia de defesa nacional que define os objetivos e o papel a ser desempenhado pelas forças armadas de um país.

<sup>7</sup> Wolfe (2009, p. 2) também associa fortemente a segurança energética às questões geopolíticas ao dizer que: “(...)countries cannot ascend to and maintain superpower status without secure access to reliable

Com o intuito de evitar tanto o reducionismo econômico como político, alguns estudiosos, a exemplo de Yergin (2006), advogam a favor da ampliação do escopo do conceito, no sentido de abarcar outras dimensões de igual relevância. Assim, ao propor seu conceito multidimensional de segurança energética, Baumann (2008) identifica como objetos referentes de análise, além do bem estar econômico e a estabilidade política dos Estados, as condições de vida dos indivíduos e os valores identitários da sociedade moderna, sem falar nos aspectos de sustentabilidade ambiental. Raphael e Stokes (2010, p. 379) compartilham essa visão ao afirmarem que: *“energy security exists when there are energy sources large enough to meet the needs of the political community (the energy demands), which include all military, economic and societal activity. Those sources must be able to deliver such quantities of energy in a reliable and stable manner, and for the foreseeable future”*.

Entretanto, não fica explícito na definição dada por esses autores quem são os atores efetivamente capazes e legítimos de definir uma dada situação como sendo uma questão de segurança energética, e em que condições isso acontece: seriam os Estados e seus líderes políticos, a burocracia funcional das instituições internacionais, as empresas de produção e distribuição energética, os militantes ambientalistas de ONGs, o corpo editorial dos meios midiáticos, ou os técnicos e acadêmicos da comunidade epistêmica?

Seja como for, em todas as propostas de conceituação descritas acima (reduzida e ampliada), a segurança energética não parece ser entendida como um fim em si mesma, a exemplo da segurança estatal, econômica e societal, mas sim um meio sem o qual essas dimensões de segurança não podem ser garantidas (MULLIGAN, 2008). Ou seja, o suprimento regular e sustentável de energia configura, antes de tudo, um mecanismo necessário para um fim maior, qual seja, a manutenção da integridade territorial e institucional, o crescimento econômico e o bem estar social, ou a preservação do modo de vida da sociedade moderna, respectivamente. Contudo, se assim for, faz sentido, em que pese sua relevância, pensar a segurança energética como realmente um conceito distinto na agenda de segurança internacional, se suas implicações são absorvidas nos conceitos dos demais tipos de segurança<sup>8</sup>? Nesse caso,

---

*energy resources (...)*”. Nesse sentido, a segurança energética tem implicações diretas na distribuição mundial de poder.

<sup>8</sup> Mulligan (2008, p. 4) retrata bem essa indefinição, ao se perguntar: *“‘what exactly is to be secured here?’ is difficult to pin down. The first candidate is surely ‘energy’ itself, and this is generally taken to refer to the ‘securing’ of energy sources and supply chains. Securing in this sense, however, means securing for some purpose or actor, which is to say that the energy is largely a means to the security of*

talvez fosse mais apropriado definir o suprimento de energia como apenas uma dentre outras variáveis da segurança estatal, econômica ou identitária. Realmente, parece ter sido exatamente essa a sugestão de Flaherty e Filho (2013) aludida acima.

Mais, a definição objetiva de segurança energética como suprimento suficiente, regular e sustentável não dá conta de variáveis subjetivas que podem gerar anomalias no conceito. De fato, conforme Bicalho e Queiroz (2012, p. 8), a segurança energética possui um componente subjetivo<sup>9</sup>: a efetiva percepção de ameaça por parte dos Estados, que é influenciada, em primeiro lugar, pelo contexto intersubjetivo “das relações políticas entre os países importadores e os países exportadores de energia – e, em alguns casos, também os países de trânsito -, e, em segundo lugar, pela situação interna dos países-chave no sistema energético internacional”. Por exemplo, é muito mais provável que os EUA considerem como uma questão de segurança energética sua dependência ao suprimento de petróleo do Golfo Pérsico, região que, além de ser politicamente instável, é marcada por fortes ressentimentos populares anti-estadunidenses, do que sua dependência aos combustíveis fósseis importados do Canadá, país de longa tradição nas relações exteriores dos EUA. Igualmente, consoante Proninska (2006) e Yergin (2006), as percepções de segurança energética variam conforme a posição dos países na cadeia global de produção energética: se os países consumidores realmente focam sua atenção na dependência e vulnerabilidade externa (i.e. acesso ao suprimento adequado e sustentável de energia), os países exportadores, em contraste, estão mais preocupados com a garantia da demanda e dividendos de suas exportações, com o monopólio, controle e extração dos recursos estratégicos energéticos em seu território, bem como seu fornecimento seguro ao mercado internacional através de dutos e demais canais de escoamento seguros<sup>10</sup>.

---

*another valued entity (the state, economic activity, livelihoods, identities). That is, securing energy supplies is a means to maintaining all that such energy makes possible, including modern capital accumulation, territorial control, the well-being of a population, and the smooth (!) functioning of the war machine”.*

<sup>9</sup> Wolf (2009, p. 6) reconhece esse componente, ao asseverar que “*an important aspect of defining energy security is in the realm of perception. Perceptions and psychological bias have been shown to generate various degrees of effect on decision making. In a similar vein, market psychology also generates varied levels of impact on decision makers, their views of traditional energy markets’ reliability, Market speculation, and the need to protect against future loss*”. Para Proninska (2006, p. 217), “*in practice, changes in perception can significantly affect both theoretical and practical approaches to energy security*”.

<sup>10</sup> Com efeito, de acordo com Oliveira (2009, p. 17): “a maior parte dos países exportadores de petróleo sofre de ameaças inerentes à própria natureza da atividade de exploração petrolífera, geralmente agravada por terem suas sociedades organizadas em economias de enclave. Os problemas econômicos e sociais são



Como conciliar, portanto, todas essas dimensões (política, econômica, social, ambiental), objetos referentes (Estado, economia nacional, grupos identitários, indivíduos) e variáveis (objetivas e subjetivas) em um conceito de segurança energética que seja abrangente e coerente ao mesmo tempo, e onde as percepções e diferenças entre os atores possam ser contempladas conjuntamente? Segundo Ciutã (2010), não há como. Isso porque a definição do conceito de segurança energética é relacional e relativa, porquanto depende da lógica que rege a interação dos atores securitizadores (que tornam um tema um assunto de segurança) em um contexto particular<sup>11</sup>. Nesse sentido, seria possível identificar três lógicas distintas: a de guerra, na qual a segurança energética confunde-se com a geopolítica da energia e está associada à sobrevivência soberana do Estado bem assim às questões de poder e conflito na política internacional; a de subsistência, na qual se define o conceito de segurança energética em termos econômicos, ou seja, como o suprimento regular e sustentável de energia, não se restringindo às implicações geopolíticas. Nessa lógica, os agentes securitizadores e os objetos de ameaça são ampliados para além do Estado e líderes políticos (a exemplo do conceito multidimensional); e a de totalidade, na qual a questão energética perpassa todas as esferas da existência humana, levando-se ao extremo o argumento multidimensional da lógica de subsistência, com uma diferença, a implicação necessária de uma lógica de reflexividade, em que os objetos referentes são tratados ao mesmo tempo como vítimas de ameaça e agente causador de insegurança<sup>12</sup>.

---

tantos que geralmente provocam graves problemas políticos, desde a instabilidade político-institucional até a insurgência armada, o separatismo e as guerras civis. Normalmente estes problemas estão diretamente associados às disputas políticas pelo controle da principal fonte de riquezas do país: a exploração e exportação de hidrocarbonetos como petróleo e gás natural”.

<sup>11</sup> Nas palavras de Ciutã (2010, pp. 2-3): “to argue that categories and practices of energy security cluster contextually according to different logics of security is therefore to subscribe to the argument that security is produced as a meaningful category by situated actors in particular contexts. An argument which has gained increasing theoretical purchase recently, this is a call for conceptual and contextual multiplicity which challenges both traditional security studies and securitization theory”.

<sup>12</sup> Assim pois, a lógica da totalidade se diferencia da lógica da subsistência na medida em que a primeira “draws attention to the manner in which energy security has the potential to percolate down through to the most intimate, minute and banal aspects of our lives. Families are not only affected by energy security, but they also produce energy insecurity – through consumption patterns for example [...] and can be security providers by the same means. The multiplication of actors witnessed by the previous energy security logic (de subsistência) is thus pushed to its absolute maximum, both because every single ‘actor’ is involved in some way in energy security, and because the myriad of actual and potential actors acquire simultaneously all possible security roles: they are at the same time referent objects, subjects, threats, vectors and agents of security”.

Optou-se neste trabalho por uma definição de segurança energética que compartilha o foco dado por Ciutã aos aspectos relacionais e contextuais inerentes ao conceito, mas que, outrossim, procura sintetizá-lo e conferir-lhe maior rigor e coerência<sup>13</sup>. Isto é, uma definição que responde positivamente à pergunta do início do parágrafo anterior, ao se propor conciliar os diferentes níveis de análise em um conceito intersubjetivo, porém de implicações bem definidas. Tal definição se fundamenta nos aportes teóricos da Escola de Copenhagen. De acordo com um de seus expoentes, Barry Buzan (1997), o conceito de segurança consiste no compartilhamento intersubjetivo, entre os sujeitos de uma coletividade (política, societal, econômica, ambiental, etc.), da percepção (e não da presença real) de uma ameaça existencial a um objeto referencial (Estado, nação, empresas, ecossistema, etc.), que justifica e legitima a adoção de uma série de medidas emergenciais ou extraordinárias para lidar com tal fonte de ameaça. Por excelência, essas medidas emergenciais transcendem a dinâmica legal/institucional que caracteriza a vida política doméstica, podendo envolver o uso da força, a anulação de dispositivos legais, a concessão de poderes excepcionais ao executivo, etc.

A construção social da percepção compartilhada de ameaça existencial ocorre através do ato de fala ou discurso de securitização, no qual líderes da coletividade (agente securitizador) i) identificam a ameaça, ii) conseguem, por meio de uma estrutura retórica específica que sempre envolve a dramatização e o risco à sobrevivência do objeto referencial, convencer a audiência coletiva (público ou Estado) de sua existência e, assim, iii) demandam legitimamente o emprego de medidas extraordinárias para debelar a fonte de ameaça<sup>14</sup>. Consoante Buzan (1997), existem condições que facilitam

---

<sup>13</sup> Uma definição que traz consigo, sobretudo, uma preocupação normativa em relação às possíveis implicações práticas oriundas da expansão em demasia da agenda de segurança, onde qualquer assunto da vida pública passa a ser também um assunto de segurança. Essa preocupação tornar-se-á mais clara a partir do conceito de securitização discutido logo a seguir.

<sup>14</sup> Esse processo de securitização pode ocorrer em diferentes níveis e setores de análise. Os primeiros são: a) nível sistêmico ou sistemas internacionais; b) nível subsistêmico ou subsistemas internacionais (e.g. de organizações internacionais como ASEAN, OUA, OPEP, OCDE, etc.); c) nível unitário ou das unidades (e.g. Estados, nações, empresas transnacionais; d) o nível subunitário ou das subunidades (e.g. burocracias, grupos de influência privados); e) nível individual ou dos indivíduos comuns. Por sua vez, os setores de análise de segurança são: a) setor militar (objeto referencial: via de regra Estado; fontes de ameaça: agressão militar externa; b) setor político (objeto referencial: Estado, instituições intergovernamentais e supranacionais, sociedade internacional; fontes de ameaça: Estados agressivos e grupos armados revolucionários); c) setor econômico (objeto referencial: firmas e instituições específicas do livre-mercado; fontes de ameaça: crises econômicas ou constrangimentos jurídico-legais); d) setor societal-identitário (objeto referencial: nações, religiões, grupos étnico-culturais; fontes de ameaça: políticas governamentais excludentes, processo de globalização, etc.); e e) setor ambiental (objetos

(“*facilitating conditions*”) o processo de securitização, tais como a qualidade da representação da ameaça pelo agente securitizador, sua autoridade e legitimidade política em fazer em tal representação<sup>15</sup>, bem assim a evidência empírica de que a percepção de ameaça é suficientemente significativa a ponto de justificá-la como um assunto de segurança<sup>16</sup>.

Portanto, ao se fazer uso do conceito de securitização para o desenvolvimento do objeto de estudo deste artigo, define-se segurança energética como o compartilhamento intersubjetivo, entre os sujeitos de uma coletividade, da percepção (e não da presença real) de uma ameaça existencial a um objeto referencial (Estado, nação, empresas, ecossistema, etc.) desatada pela imposição de obstáculos de variada natureza ao acesso ou extração regular e sustentável (em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais) de recursos estratégicos energéticos. Tal ameaça necessariamente deve ser capaz de justificar e legitimar a adoção de uma série de medidas emergenciais ou extraordinárias para que seja devidamente administrada. Uma vez definido o conceito de segurança energética, pode-se agora prosseguir ao próximo capítulo que pretende justamente descrever o processo de securitização da questão energética na agenda de segurança internacional.

### **3- PROCESSO HISTÓRICO DA SECURITIZAÇÃO DA ENERGIA.**

Embora somente tenha se consolidado enquanto tema de segurança internacional após o fim da Guerra Fria, o processo de securitização da questão energética teve início ainda na década de 70, mais precisamente com a crise do petróleo em 1973<sup>17</sup> (PETERS,

---

referentes: espécies de animais, habitats, clima mundial, ecossistema e a vida no planeta, etc.; fontes de ameaça: ação humana, atividades econômicas – indústria, comércio, agricultura, etc).

<sup>15</sup> A capacidade dos atores de efetivamente securitizarem um tema depende, entre outros fatores, dos níveis e setores de análise. Por exemplo, em se tratando de uma ameaça militar externa às fronteiras territoriais de um Estado, os atores com maior legitimidade para a securitização da ameaça certamente serão os líderes políticos nacionais. Por outro lado, em relação ao problema do aquecimento global, são as organizações internacionais, ONGs e comunidades epistêmicas que detêm maior legitimidade, perante a opinião pública internacional, para introduzir o tema na agenda de segurança mundial.

<sup>16</sup> Apesar de ceder alguma importância à realidade material, Buzan (1997) reafirma a antecedência ontológica ideacional na medida em que a variável independente (e mais importante) continua sendo o ato de fala (discurso) securitizador, ao passo que as evidências empíricas são apenas variáveis intervenientes (enquanto *facilitating conditions*).

<sup>17</sup> Como bem nos informa Oliveira (2009), nos primeiros anos da Guerra Fria, isto é, no imediato pós 2º Guerra Mundial, o acesso ao petróleo, enquanto principal fonte energética, não ocupava um lugar central na agenda de segurança internacional, em que pese sua importância na logística da guerra, porquanto os EUA e a URSS serem os maiores produtores mundiais desse combustível e, assim, dependerem muito pouco do suprimento externo.

2004), e esteve altamente atrelada ao setor econômico e, sobremaneira, ao setor político-militar. Tal crise foi deflagrada com o início da Guerra do Yom Kippur, a partir do ataque surpresa de tropas egípcias e sírias às instalações militares de Israel nos Montes Sinais e nas Colinas de Golã. Nesse momento, qualificado como histórico por Fuser (2005), a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), sob a liderança de seis países do Golfo Pérsico – Irã, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Arábia Saudita e Catar –, decretou unilateralmente o aumento do preço do petróleo de US\$ 3,01 para US\$ 5,12 por barril<sup>18</sup>, como forma de pressionar o governo israelense a retirar suas forças armadas dos territórios ocupados em 1967, na Guerra dos Seis Dias. Mais tarde, com o intuito de também repreender os países que prestavam apoio a Israel, a exemplo dos EUA, Holanda, Portugal, Zimbábue e África do Sul, a OPEP reduziu sua produção de petróleo e impôs um embargo a sua remessa (FUSER, 2005).

Esse conjunto de medidas afetou drasticamente o mercado internacional, ao pressionar ainda mais o preço do barril de petróleo<sup>19</sup>. Um clima de grande desespero e agonia se alastrou entre os países dependentes das importações de petróleo. Particularmente lesados foram os Estados Unidos, cuja produção nacional de petróleo (convencional) atingira seu pico justamente em 1970<sup>20</sup>, quando então passou a declinar significativamente, obrigando o país a recorrer ao mercado externo para atender sua demanda doméstica. Mais do que isso, em 1974, a economia internacional entrou em quadro de estagflação, caracterizado pela estagnação do crescimento produtivo atrelado à elevação das taxas de inflação. A ordem econômica internacional pós-1945 parecia ruir diante do colapso do regime monetário de *Bretton Woods* e do enfraquecimento relativo do poder hegemônico estadunidense. Em flagrante contraste, assistiu-se um processo de transferência de renda em benefício dos países árabes exportadores de petróleo, os quais, rapidamente, acumularam vultosas reservas internacionais. Tal transferência evidenciou-se, sobretudo, com a nacionalização no oriente médio de grandes empresas multinacionais de petróleo, a semelhança da *British Petroleum* e o

---

<sup>18</sup> Equivalente a um aumento relativo de 70% do valor inicial.

<sup>19</sup> Dois meses após o primeiro aumento, os preços subiram novamente para o patamar de US\$ 11, 65 o barril (FUSER, 2005).

<sup>20</sup> Nas palavras de Oliveira (2009, p. 5), “conforme os dados do Departamento de Energia americano, o apogeu da produção americana ocorreu em 1970 com 9,6 milhões de barris/dia ou 11,3 milhões de bbl/dia se somado o gás líquido produzido. Desde então a produção vem declinando lentamente até a atual produção de 4,9 milhões de bbl/d em 2008”.

grupo Aramco (Exxon, Mobil, Texaco e Chevron). O avanço das nacionalizações, por sua vez, não veio desacompanhado de forte nacionalismo político no mundo árabe, responsável por ensejar o antiamericanismo diante do conflito árabe-israelense (FUSER, 2005).

Todo esse contexto histórico veio a atuar como condição facilitadora para o ensaio do discurso securitizador da questão energética por parte das autoridades políticas estadunidenses, nomeadamente o então secretário de Estado Henry Kissinger. Conforme Fuser (2005, p. 159, grifo nosso), esse ensaio de discurso apareceu na polêmica entrevista de Kissinger à revista *Business Week*, concedida em uma conjuntura na qual a imprensa e funcionários do governo estadunidense especulavam abertamente sobre a ocupação militar de poços de petróleo no Oriente Médio (intitulada “oil grab”):

Aos jornalistas, Kissinger declarou que, na ausência da solidariedade entre os consumidores, o único meio de baixar os preços seria “criar uma crise política de primeira magnitude” (...) Instado a explicar o que ele queria dizer com isso, falou em lançar uma “ofensiva política maciça” contra países como a Arábia Saudita e o Irã. Na sequência do diálogo, Kissinger (...) confirmou que a alternativa do uso da força para reduzir os preços do petróleo foi cogitada, mas disse que a considerava “um caminho perigoso demais”. Em seguida, porém, fez questão de dizer que essa opção não estava completamente descartada. “Não estou dizendo que não existe nenhuma circunstância em que nós poderíamos usar a força”, afirmou, num raciocínio oblíquo em que a negativa aparece três vezes na mesma frase. **“Mas uma coisa é usá-la numa disputa por preço e outra coisa é (usar a força) no caso de uma situação de real estrangulamento do mundo industrializado”**. Mais adiante, na mesma entrevista, Kissinger enfatizou: “Quero deixar claro, entretanto, que **o uso da força somente seria considerado na mais grave emergência**”.

Entretanto, o discurso securitizador não deslanchou e a ameaça militar não se concretizou<sup>21</sup>, graças à subsequente, contanto parcial, recuperação da economia internacional. Isso porque a transferência de renda para o oriente médio, ao contribuir para o acúmulo de capital na região sob a forma de “petrodólores”, transformou os países árabes exportadores de petróleo em grandes credores mundiais, o que resultou no aumento e barateamento da oferta de crédito e, dessa sorte, na elevação da liquidez da economia internacional. Ademais, para reverter a correlação de forças favorável aos integrantes da OPEP e se precaver diante de futuras interrupções no suprimento energético, os países industrializados e desenvolvidos instituíram a Agência Internacional de Energia (AIE), cujo principal objetivo foi (e continua sendo) formular políticas de redução da dependência e vulnerabilidade externas de seus integrantes, tais

---

<sup>21</sup> Muito embora, para reforçar essa possibilidade, os EUA terem mantido, até o final do embargo, uma frota de porta-aviões no Oceano Índico, próxima ao Golfo Pérsico (FUSER, 2005).

como: constante monitoramento e análise do mercado internacional de energia, criação de estoques (estratégicos) de petróleo, conservação da produção e restrição da demanda internas, diversificação da matriz energética, compartilhamento de recursos energéticos entre os países membros em momentos de crise, etc (PETERS, 2004; YERGIN, 2006). De fato, a implementação da AIE deu maior tranquilidade às potências industrializadas e, por conseguinte, amainou os ânimos da economia internacional.

Todavia, não demorou muito para que essa calma novamente fosse solapada e um novo discurso securitizador da energia se afigurasse, dessa vez com sucesso, diante da segunda crise do petróleo de 1979, deflagrada pela revolução iraniana de Khomeini e pela invasão do Afeganistão pelas tropas da URSS, em janeiro e dezembro desse ano, respectivamente. Além de implicar um vigoroso aumento no preço do petróleo, chegando ao patamar de US\$ 31,61 o barril, esses dois eventos, de acordo com Raphael e Stokes (2010), colocaram em xeque os interesses estadunidenses no Golfo Pérsico: o primeiro resultou na instauração de um regime teocrático mulçumano que tinha como inimigo número 1 os EUA<sup>22</sup>, como ficou evidenciado na crise dos reféns entre 1979 e 1981, quando cerca de 50 cidadãos de nacionalidade estadunidense ficaram enclausurados na embaixada dos Estados Unidos no Irã sob domínio dos revolucionários islâmicos; já a intervenção militar soviética no Afeganistão, ao por fim o período de *détente* que assinalara a década de 70 e assim reativar a acirrada competição política-econômica-ideológica da (“2<sup>o</sup>”) Guerra Fria, ameaçava o escoamento da produção de petróleo do Golfo Pérsico por meio do Estreito de Hormuz, e dessa maneira, colocava em risco o adequado suprimento ao ocidente desse valioso combustível.

Mais uma vez, o turbulento contexto político-econômico internacional atuou como condição facilitadora para o discurso securitizador da questão energética, que agora sim se efetivou com o pronunciamento do presidente Jimmy Carter no congresso estadunidense, no início de 1980. A identificação da fonte de ameaça e sua vinculação com a questão energética são evidenciadas no seguinte trecho:

The region which is now **threatened by Soviet troops** in Afghanistan is of great strategic importance: **It contains more than two-thirds of the world's**

---

<sup>22</sup> Em razão, principalmente, da forte ingerência estadunidense no Irã durante o governo do xá Reza Pahlevi – através, por exemplo, de empresas norte-americanas que auferiam elevadíssimos lucros com a produção de petróleo neste país, gozando de privilégios políticos e jurídicos variados, bem assim da presença de militares que também disfrutavam de regalias a semelhança da imunidade diplomática-, cuja legitimidade, não obstante endossada pelos EUA, era altamente questionada pelas lideranças populares, a exemplo do próprio Khomeini (FUSER, 2005).

**exportable oil.** The Soviet effort to dominate Afghanistan has brought **Soviet military forces** to within 300 miles of the Indian Ocean and close to the **Straits of Hormuz, a waterway through which most of the world's oil must flow.** The Soviet Union is now attempting to consolidate a strategic position, therefore, that poses **a grave threat** to the **free movement of Middle East oil** (CARTER, 1980, grifo nosso)

A tentativa de introduzir a questão energética na agenda de segurança internacional, e qualificar a comunidade internacional (leia-se ocidental), sobretudo os países importadores de petróleo e do entorno regional, como o objeto referente de ameaça, é clara:

This situation demands careful thought, steady nerves, and resolute action, not only for this year but for many years to come. It demands **collective efforts** to meet this new threat to security in the Persian Gulf and in Southwest Asia. It demands the **participation of all those who rely on oil from the Middle East and who are concerned with global peace and stability.** And it demands consultation and **close cooperation with countries** in the area which might be threatened (CARTER, 1980, grifo nosso).

Finalmente, seguem as medidas emergenciais aventadas para lidar com a situação:

Meeting this challenge will take national will, diplomatic and political wisdom, **economic sacrifice, and, of course, military capability.** We must call on the best that is in us to preserve the security of this crucial region.

Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, **and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force** (...) (CARTER, 1980, grifo nosso)

(...) I believe that our volunteer forces are adequate for current defense needs, and I hope that it will not become necessary to **impose a draft. However, we must be prepared for that possibility.** For this reason, **I have determined that the Selective Service System must now be revitalized.** I will send legislation and budget proposals to the Congress next month so that we can begin registration and then meet future **mobilization needs rapidly** if they arise.

**We also need clear and quick passage of a new charter to define the legal authority and accountability of our intelligence agencies.** We will guarantee that abuses do not recur, but **we must tighten our controls on sensitive intelligence information, and we need to remove unwarranted restraints on America's ability to collect intelligence** (CARTER, 1980, grifo nosso).

Segundo Fuser (2006), esse famoso pronunciamento consubstanciou a chamada Doutrina Carter, na qual, em função precipuamente da abundância de recursos energéticos, o oriente médio passou a figurar, até os dias hodiernos, como uma região prioritária na política externa dos EUA, sendo considerada pelos líderes políticos deste país, de interesse vital para segurança nacional estadunidense, o que justificaria, portanto, o uso da força militar sempre que necessário.

Com o passar dos anos, porém, o discurso securitizador da energia foi se arrefecendo. Primeiro porque, após as duas crises do petróleo de 73 e 79, os países desenvolvidos lograram com elevado grau de sucesso reduzir sua vulnerabilidade externa ao diversificar suas fontes supridoras de energia, com destaque especial para as reservas de petróleo do Mar do Norte, Alasca e México (PETERS, 2004). Segundo porque, nos primeiros anos da década de 90, a euforia e o otimismo que assinalaram a ordem internacional no imediato pós Guerra Fria (abordado na introdução deste artigo), aliados ao processo de globalização e difusão das ideias liberais, fomentou a crença de que os avanços tecnológicos e a eficiência infalível do livre mercado permitiriam que os recursos energéticos fossem harmoniosamente alocados. Dessa sorte, assim como em outras esferas da nova ordem internacional, a cooperação tomaria o lugar do conflito no que toca o suprimento mundial energético (PETERS, 2004). Terceiro, com a derrota do Iraque na Guerra do Golfo em 1991, acreditou-se que o mercado mundial de energia estaria livre das idiossincrasias de Saddam Hussein (este agora de mãos atadas diante da vigilância do Conselho de Segurança da ONU), e que, então, estaria garantida a oferta abundante e a preços acessíveis dos recursos energéticos necessários para o crescimento econômico mundial (Yergin, 2006).

Todavia, todo esse otimismo não esconde o fato de ter havido, pelo menos dentro dos círculos de tomada de decisão dos EUA, tentativas<sup>23</sup> de discursos securitizadores da questão energética naquele momento. Com efeito, de acordo com Fuser (2006), os princípios da Doutrina Carter teriam se solidificado no tempo e servido como guia para a invectiva estadunidense durante a 1ª Guerra do Golfo (e também a 2ª, como se verá mais adiante)<sup>24</sup>. Tais princípios podem ser verificados no preâmbulo de dois documentos oficiais que nortearam a política de segurança estadunidense no início dos anos 90, em havendo, a Diretriz de Segurança Nacional nº 26, de outubro de 1989, e a Diretriz de Segurança Nacional nº 45, de agosto de 1990, cujo preâmbulo, na verdade, apenas atualizou aquele da diretriz 26, frente às novas circunstâncias impostas pelo início do conflito militar na região:

O acesso ao petróleo do Golfo Pérsico e a **segurança de Estados amigos** [que ocupam posições] chaves nessa área são **vitais para a segurança**

---

<sup>23</sup> Qualifica-se como tentativas pois esses discursos não foram balizados diante da opinião pública nacional e internacional, sendo utilizadas como justificativas legítimas para o recurso ao uso da força a necessidade de libertar o Kuwait e a afirmação do princípio jurídico internacional da não agressão.

<sup>24</sup> Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de securitização da questão energética após o término da Guerra Fria continuou sendo preponderante no setor militar.



**nacional** dos EUA. Os Estados Unidos permanecem comprometidos em defender seus **interesses vitais** na região, se for necessário e apropriado **por meio do uso da força**, contra a União Soviética ou qualquer **outra potência regional** com interesses hostis aos nossos” (NSD-26, citado em Fuser (2006, p. 29), grifo nosso)<sup>25</sup>

De igual modo, o relatório encaminhado pelo presidente Bush (pai) ao Congresso estadunidense em 1991, intitulado Uma Estratégia de Segurança Nacional para os Estados Unidos, contém alguns elementos tentativos de securitização da questão energética:

Suprimentos de energia seguros, amplos, diversificados e limpos são essenciais para a nossa prosperidade nacional econômica e para a nossa segurança. (...) A garantia dos suprimentos de petróleo tem como base uma política externa adequada e capacidades militares apropriadas. (...) Manteremos nossa capacidade de responder às exigências de proteger as instalações petrolíferas vitais, em terra e no mar, ao mesmo tempo em que trabalharemos para solucionar as tensões políticas, sociais e econômicas que podem ameaçar o livre fluxo de petróleo. A estabilidade da região do Golfo, que contém dois terços das reservas mundiais conhecidas de petróleo, é do nosso interesse fundamental. A turbulência política e militar na região tem um impacto direto sobre a nossa economia, principalmente por meio da elevação dos preços do petróleo e de transtornos nos suprimentos (National Security Strategy for U.S. citado em Fuser (2005, p. 255)).

As condições facilitadoras que ensejaram esses discursos foram: a) o risco imediato de que as tropas iraquianas utilizassem o Kuwait como plataforma para invadir a Arábia Saudita, aliada tradicional dos EUA na região e detentora das maiores reservas mundiais de petróleo; b) os principais poços petrolíferos sauditas, distantes apenas 40 km da fronteira com o Kuwait, estavam em uma posição vulnerável; e c) ameaça, imposta pela expansão iraquiana, à hegemonia estadunidense no Oriente Médio (FUSER, 2005).

Finalmente, com os ataques terroristas de 11 de setembro e a consequente militarização da agenda de segurança internacional no começo do século XXI, a securitização da questão energética recuperou fôlego. De novo, princípios da Doutrina Carter e tentativas de discursos securitizadores da energia rondaram o centro de tomada de decisão estadunidense antes mesmo de os EUA decidirem atacar o Iraque em 2003, como é evidenciado no conteúdo de uma carta entregue ao presidente Clinton em 1998, por dezoito políticos neoconservadores engajados no Projeto por um Novo Século

---

<sup>25</sup> No preâmbulo da NSD-45, a menção à URSS é suprimida. (FUSER, 2006)

Americano (PNAC) (dez dos quais, três anos mais tarde, assumiram cargos importantes na administração de Bush<sup>26</sup>):

A política de “contenção” de Saddam Hussein vem sendo continuamente erodida ao longo de muitos meses. (...) Como resultado, em futuro não muito distante, seremos incapazes de determinar (...) se o Iraque possui ou não (...) armas [de destruição em massa]. (...) Tal incerteza terá (...) um sério efeito desestabilizador em todo o Oriente Médio. (...) [S]e Saddam dispuser de armas de destruição em massa, (...) a segurança das tropas americanas na região, dos nossos amigos e de aliados como Israel e os Estados árabes moderados, **e de uma significativa porção da oferta mundial de petróleo, será colocada em risco.** (...) A única estratégia aceitável é eliminar a possibilidade de o Iraque usar armas de destruição em massa ou ameaçar com seu uso. No curto prazo, isso significa **disposição para ação militar, pois a diplomacia está (...) falhando.** No longo prazo, significa remover Saddam Hussein e seu regime de poder. Isso deve tornar-se o **objetivo da política externa dos Estados Unidos.** (...) Insistimos para que você articule esse objetivo (...). Isso exigirá uma total complementaridade de esforços diplomáticos, políticos e militares. (...) Acreditamos que os Estados Unidos têm a autoridade (...) para dar **os passos necessários, incluindo os militares,** visando proteger os nossos **vitais interesses** no Golfo. (PNAC, 1998. Citado em Lins (2011, p. 12), grifo nosso)<sup>27</sup>.

Atuaram como condições facilitadoras para esses discursos: a) o incremento da dependência estadunidense por recursos energéticos importados no final do século XX; b) a diminuição da participação da Arábia Saudita no *market share* da produção mundial de petróleo, em paralelo ao fortalecimento da posição iraquiana; c) cortes na produção petrolífera da OPEP, em detrimento dos interesses estadunidenses, para ajustar os preços à demanda internacional combatida frente a crise asiática de 1998; d) devido às sanções estadunidenses impostas ao governo de Saddam Hussein desde fins da 1ª Guerra do Golfo, o petróleo iraquiano estava inacessível aos Estados Unidos, ao passo que a remoção de tais sanções poderia tornar Saddam Hussein mais influente na região; e) estremecimento das relações diplomáticas entre os EUA e a Arábia Saudita<sup>28</sup>, o que colocou em questionamento a capacidade de os Estados Unidos influenciarem os

---

<sup>26</sup> Dentre eles, o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz e o subsecretário de Estado Richard Armitage (FUSER, 2005, p. 282).

<sup>27</sup> De acordo com Klare (2004, p. 209), Dick Cheney, o então vice-presidente estadunidense, teria dito diante da convenção anual de Veteranos de Guerra em 26 de agosto de 2002: “Armado com um arsenal destas armas de terror e sentado sobre dez por cento das reservas petrolíferas do mundo, Saddam Hussein poderia esperar alcançar o domínio de todo o Oriente Médio, tomar o controle de uma grande porção dos recursos energéticos mundiais [e] ameaçar diretamente os amigos dos EUA na região”. Para melhor apreciação de documentos oficiais estadunidenses onde se percebe elementos securitizadores da questão energética nos momentos que precederam a 2ª Guerra do Golfo, consultar Fuser (2005).

<sup>28</sup> Em razão: a) do apoio saudita à causa palestina; b) da participação de cidadãos sauditas nos ataques terroristas de 11 de setembro; e c) do aumento do sentimento antiamericanista na população da Arábia Saudita (HINNEBUSCH, 2007).

preços e o nível de produção mundial de petróleo por intermédio do país árabe; f) recrudescimento do nacionalismo árabe (JHAVERI, 2004; HINNEBUSCH, 2007)<sup>29</sup>.

Na próxima seção, ver-se-á que condições facilitadoras fomentam a securitização energética no cenário internacional a partir do século XXI.

#### 4- CONDIÇÕES MATERIAIS FACILITADORAS DA SECURITIZAÇÃO ENERGÉTICA NO SÉCULO XXI.

Uma das principais condições materiais que vem ensejando percepções de insegurança e que, assim, podem fomentar discursos securitizadores da energia no decorrer do século XXI, é o vertiginoso incremento da demanda mundial por recursos energéticos (RAPHAEL; STOKES, 2010). Com efeito, segundo o relatório *International Energy Outlook* (EIA-DoE (a), 2013), elaborado pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos, a demanda mundial por energia aumentou cerca de Btu (*British Thermal Unit*) 400,5 quadrilhões em 2001, para Btu 524 quadrilhões em 2010, com previsões de acréscimo para Btu 630 quadrilhões em 2020 e Btu 820 quadrilhões em 2040, correspondendo a uma variação positiva de 104,7% em 40 anos. A maior parte desse incremento (85%) é proveniente dos países emergentes não pertencentes à OCDE<sup>30</sup>, com destaque para China e Índia, cuja demanda energética, aquecida, sobretudo, pelas contundentes taxas de urbanização e crescimento econômico<sup>31,32</sup>, ascendeu, respectivamente, Btu 60,9 e 14,2 quadrilhões entre 2001 e 2010, com

---

<sup>29</sup> Consoante Klare (2004, p. 201), “Ao assumir como presidente no início de 2001, a prioridade da política externa de George Bush não era prevenir o terrorismo nem pôr freio na difusão de armas de destruição em massa (nem nenhum outro dos objetivos de política exterior que auspiciou após o 11 de setembro). Mas sim, tratava-se de aumentar o fornecimento de petróleo por parte dos provedores estrangeiros aos mercados estadunidenses. Durante o ano anterior havia ocorrido uma severa escassez de petróleo e gás natural em muitas partes dos EUA, acompanhada por apagões periódicos na Califórnia. Além disso, as importações de petróleo dos EUA haviam crescido mais de 50% do total consumido no país pela primeira vez em sua história, provocando grande ansiedade com relação ao fornecimento de energia no longo prazo. Por essas e outras razões, Bush afirmou nesse momento que abordar a crise energética da nação seria sua tarefa mais importante como presidente

<sup>30</sup> São integrantes da OCDE: Estados Unidos, Canadá, México, Áustria, Bélgica, Chile, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

<sup>31</sup> Entre 1990 e 2010, as economias chinesa e indiana cresceram em média 10,4% e 6,4% ao ano, respectivamente (EIA-DoE (a), 2013).

<sup>32</sup> Além disso, China e Índia têm a maior população mundial, 1,35 bilhões e 1,25 bilhões de habitantes, respectivamente, cujo estilo de vida, cada vez mais, aproxima-se ao estilo europeu e estadunidense, estribado no uso intenso de matérias primas e, em especial, na adoção do carro de passeio como símbolo do sucesso pessoal (FUSER, 2008).

projeções para um aumento adicional de Btu 118,7 e 25,6 quadrilhões até 2040<sup>33</sup>. Nesse sentido, nos últimos dez anos, a demanda mundial por energia passou a ser duplamente pressionada, tanto por parte dos países desenvolvidos, tradicionais consumidores de elevadas quantias de energia, quanto por parte de países emergentes, os quais, em virtude de sua industrialização crescente, ampliaram fortemente sua demanda energética. Na tabela a seguir, são apresentados o histórico e as projeções de demanda dos 6 maiores consumidores mundiais de energia:

**Tabela 1. Consumo de energia em quadrilhões de BTU (*British Thermal Unit*)**

Páís/Região	2001	2010	Projeção (2040)	Variação ano	Variação período
Estados Unidos	96,1	97,9	107,2	0,2%	11,5%
União Europeia	82,1	82,5	94,6	0,3%	15,2%
Japão	22,1	22,1	22,2	0,01%	0,4%
Rússia	25,7	29,6	40,5	1,4%	57,5%
China	<b>41,2</b>	<b>101,2</b>	<b>219,9</b>	<b>10,8%</b>	<b>433,7%</b>
Índia	<b>13,8</b>	<b>24,4</b>	<b>55</b>	<b>7,4%</b>	<b>298,5%</b>
OCDE	232,2	242,3	284,6	0,5%	22,5%
Não-OCDE	168,3	263,7	535,1	5,4%	217,9%
Mundo	400,5	523,9	819,6	2,6%	104,7%

Fonte: EIA-DoE (a e b) (2013). Elaboração do autor.

Se, até agora, a produção mundial de energia tem atendido razoavelmente a demanda<sup>34</sup>, a questão que muitos analistas se colocam é até quando isso será possível<sup>35</sup>. O questionamento se torna ainda mais pertinente se se observa que a maior parte do consumo mundial de energia é proveniente da queima de combustíveis fósseis, considerados fontes não renováveis e altamente poluentes. Deveras, embora as projeções apontem um aumento crescente da demanda global por energia nuclear e de

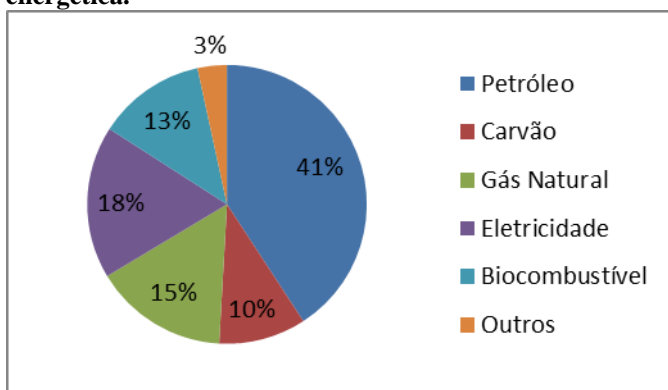
<sup>33</sup> Conforme os dados da EIA-DoE (a) (2013), em 1990, o consumo chinês e indiano somado correspondia a 10% do consumo mundial, em 2010, a 24% e, em 2040, possivelmente até 34%.

<sup>34</sup> Todavia, é de se notar que, em apenas dois anos, entre 2001 e 2011, a produção mundial de energia superou a demanda. No período restante, a demanda esteve, em média, BTu 3,1 quadrilhões acima da produção, quantia superior ao consumo nacional anual da maioria dos países do mundo. Casos emblemáticos são o dos EUA, EU, Japão, China e Índia, cuja demanda energética, em 2011, superou a produção nacional em 25,9%, 131,5%, 620%, 15,2% e 49,3%, respectivamente. Na verdade, esses números refletem uma tendência verificada há pelo menos 20 anos (EIA-DoE (b), 2013).

<sup>35</sup> De fato, consoante Klare (2008, p. 485), o suprimento mundial de energia tornou-se um grande desafio nos últimos anos, “*as the worldwide demand for energy has increased – and the task is expected to grow even more demanding in the years ahead. Obtaining sufficient supplies of energy to satisfy national requirements will become more demanding because the needs of most states will continue to expand as populations grow, urbanization and industrialization proceed, incomes increase, and ordinary citizens acquire additional energy-consuming devices (especially automobiles)*”.

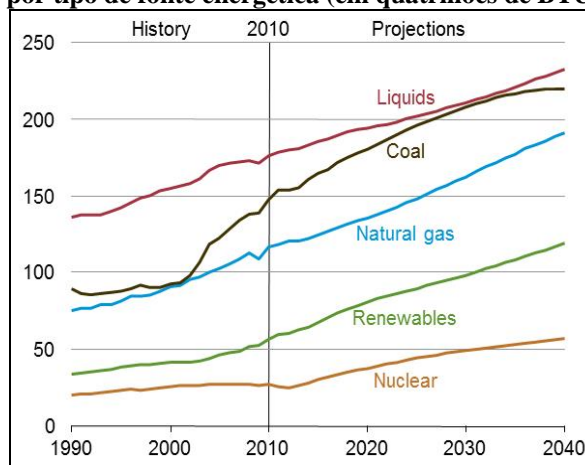
fontes renováveis (eólica, solar, hidroelétrica, geotérmica e de biomassa)<sup>36</sup>, o petróleo, carvão e gás natural continuarão despontando como os principais recursos energéticos do mundo, como pode ser verificado nos gráficos 1 e 2.

**Gráfico 1. Consumo mundial de energia por tipo de fonte energética.**



Fonte: IEA, 2013. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 2 Projeção do consumo mundial de energia por tipo de fonte energética (em quatrilhões de BTU).**



Fonte: EIA-DoE (a), 2013.

Dentre as fontes não-renováveis, certamente a relação oferta/procura do petróleo é a mais eloquente. No lado da oferta, há uma polêmica discussão entre aqueles mais otimistas, que acreditam que a descoberta de novas reservas conjugada aos avanços tecnológicos de extração serão capazes, em que pesem algumas dificuldades, de fornecer o suprimento mundial adequado, e os mais pessimistas, que enfatizam o declínio da produção de petróleo convencional, bem como os elevados custos da

<sup>36</sup> De acordo com Peters (2004, p. 197), “*New energy extractions (for example, from wind turbines and solar power) have made considerable progress, but, in view of the investment and technology needed to turn them into a profitable energy sector, it will still take decades before renewables constitute a considerable share of the energy mix*”.

implantação de novas tecnologias e os danos ambientais a elas associados para a exploração de reservas alternativas de petróleo. Realmente, conforme os dados da EIA-DoE (a) (2013), graças à exploração de fontes não convencionais de petróleo<sup>37</sup>, a exemplo das areias betuminosas (*oil sands*<sup>38</sup>), *heavy oil*<sup>39</sup>, *tight oil*<sup>40</sup> e xisto (*shale oil*)<sup>41</sup>, sobretudo na América do Norte<sup>42</sup>, estima-se um prodigioso aumento da produção mundial que será mais do que necessário para cobrir o incremento da demanda dos próximos anos. Contudo, a extração desses recursos é obstaculizada pelos elevados custos econômicos envolvidos com o desenvolvimento de tecnologias especializadas<sup>43</sup> e o emprego de mão-de-obra qualificada. De fato, como a própria EIA (a) (2013) reconhece, não se sabe ao certo se, nas regiões fora da América do Norte onde essas reservas também foram encontradas, haverá todas as condições necessárias para se poder fazer uso das fontes não convencionais. Ademais, para que seja vantajoso transferir os investimentos do setor produtivo convencional para as atividades de extração não convencionais, o preço do petróleo deve subir a patamares ainda mais altos, o que, se acontecer, pode implicar sérios prejuízos às economias de países pobres e dependentes do fornecimento externo (MACLEOD, 2014). Existe ainda uma segunda

---

<sup>37</sup> Fontes não convencionais de petróleo são aquelas que, além de terem um fluido bastante viscoso, encontram-se armazenadas em rochas pouco permeáveis. Por isso, a sua extração requer o emprego de tecnologia especializada (CSUR, 2013). Segundo Peters (2004, p. 192), “*non-conventional oil comes from oil shale, tar sands, enhanced recovery, hostile environments (such as deep or polar water), very small accumulations, heavy oil, and also come in the form of Natural Gas Liquids (NGL). Non-conventional oils difficult and expensive to extract, and the crucial question for the future will be to what extent technology will develop to facilitate access to this non-conventional oil*”.

<sup>38</sup> Areias impregnadas em betume, que é um hidrocarboneto de muita alta densidade e viscosidade (CSUR, 2013).

<sup>39</sup> Petróleo em estado líquido de alta densidade. Extrai-se da rocha mediante a injeção de vapor ou polímeros (CSUR, 2013).

<sup>40</sup> Petróleo proveniente de reservatórios com baixa porosidade e permeabilidade (CSUR, 2013).

<sup>41</sup> Petróleo (de xisto) produzido diretamente a partir da rocha mãe (rica em matéria orgânica) (CSUR, 2013).

<sup>42</sup> Consoante dados da EIA-DoE (a) (2013), os recursos não convencionais de petróleo foram responsáveis por 29% da produção estadunidense de petróleo em 2012.

<sup>43</sup> “But is more than questionable whether technology can really succeed in increasing the discovery rate to the extent necessary to satisfy demand” (PETERS, p. 197). Klare (2001, p. 57) concorda: “*rising demand, coupled with higher prices, will stimulate the development of new materials and processes that allow resource firms to search for new deposits and bring those that were once considered inaccessible within reach. But technology cannot completely reverse demographic and environmental pressures, and some countries and regions will be unable to afford the higher costs of alternative Technologies. In these circumstances, global supply and demand will become increasingly unbalanced*”.

limitação, qual seja, a questão ambiental. De acordo com Santos e Matai (2010), a exploração do xisto e de outros recursos não convencionais de petróleo pode acarretar sérios danos ambientais, tais quais tremores e deslizamentos de terra, contaminação da água e dos lençóis freáticos, poluição do ar e degradação do solo. Diante de tudo isso, é bem provável que, por um bom tempo, o suprimento mundial de petróleo continue sendo ancorado, sobremaneira, nas reservas convencionais.

Porém, no que tange a oferta de petróleo convencional, a problemática é ainda mais evidente. Conforme MacLeod (2014), estima-se que o investimento na produção mundial necessário para cobrir a demanda futura seja da ordem de US\$ 53 trilhões. Todavia, como bem ponderado por Proninska (2006), como a maior parte desses investimentos deve ocorrer nos países subdesenvolvidos, fica a dúvida até ponto eles serão realmente efetivados. Além do mais, o somatório de todo investimento feito até agora não foi capaz de evitar, entre 2005 e 2013, o decréscimo, em 1 milhão de barris por dia, da produção global de petróleo convencional (DAVEY, 2014). Esse fato, por sua vez, ascende o debate sobre o pico da produção mundial de petróleo. Consoante Mulligan (2008), o “pico de petróleo” se refere à quantidade máxima de produção de petróleo alcançada em um determinado momento a partir do qual passa a declinar irreversivelmente. O termo também é usado para indicar o momento provável em que isso ocorra. Dessa maneira, pode-se calcular o pico de petróleo tanto em nível nacional, quanto regional e mundial<sup>44</sup>. Pelos dados do autor, o pico de petróleo mundial deve acontecer entre 2005 e 2030. Também para Ahmed (2013), é bem provável que o pico de petróleo convencional ocorra até 2030, com riscos significativos de que se dê antes mesmo de 2020. Como discutido na seção 2, acredita-se que o pico de produção dos EUA tenha ocorrido ainda em 1970, com uma taxa de 9,6 milhões de barris por dia, e o dos países do Mar do Norte (região que teve importância ímpar para os países desenvolvidos dependentes de petróleo após as crises de 73 e 79), em 1996, com uma taxa de 3,6 milhões de barris por dia (EIA-DoE (a), 2013)<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Como bem lembrado por Fuser (2005, p. 42), a categoria “pico de petróleo” faz parte do modelo desenvolvido pelo geólogo Mario King Hubbert em 1956, segundo o qual: “a extração em qualquer campo de petróleo segue, inexoravelmente, uma curva em forma de sino. No início, quando o reservatório acabou de ser perfurado e os seus limites ainda não são conhecidos, a produção é pequena. Na medida em que o campo é mapeado, novos poços são abertos e a produção cresce rapidamente e se estabiliza. É o período em que se extrai a parcela de petróleo de acesso mais fácil. A partir de um certo ponto, porém, as dificuldades se tornam crescentes. A produção cai, ainda que se perfurem novos poços”.

<sup>45</sup> De acordo com Klare (2008, p. 489), “[...] evidence that many of the world’s most prolific oilfields are nearing the end of their most productive years and are about to experience a substantial decline in output. This is said to be the case for many mature fields in the older producing areas, including those in

Finalmente, o suprimento global de petróleo é obnubilado pela distribuição geográfica desigual das reservas mundiais. Como se é demonstrado na tabela 2, a maior parte dessas reservas está concentrada nos países do Golfo Pérsico. São eles também os maiores produtores e exportadores de petróleo no mundo, o que, em outras palavras, significa dizer que, seja qual for o motivo, qualquer interrupção no fornecimento do petróleo advindo dessa região tem consequências imediatas no equilíbrio do mercado energético internacional.

**Tabela 2. Distribuição geográfica da produção, exportação e reservas de petróleo no mundo (2012).**

Produção		Exportação		Reservas Comprovadas			
País	Quantia (milhares de barris/dia)	País	Quantia (milhares de barris/dia)	País	Quantia (milhares de barris/dia)	Participaçã o mundial (%)	Taxa R/P**
Arábia Saudita	11.726	Arábia Saudita	8.865	Venezuela	265,9	17,8	***
EUA	11.107	Rússia	7.201	Arábia Saudita	297,6	15,9	63
Rússia	10.397	EAU*	2.595	Canadá	173,9	10,4	***
China	4.372	Kuwait	2.414	Irã	157	9,4	***
Canadá	3.856	Nigéria	2.254	Iraque	150	9,0	***
Irã	3.518	Iraque	2.235	Kuwait	101,5	6,1	88,7
EAU*	3.213	Catar	1.843	EAU*	97,8	5,9	79,1
Iraque	2.987	Irã	1.808	Rússia	87,2	5,2	22,4
México	2.936	Angola	1.738	Líbia	48	2,9	86,0
Kuwait	2.797	Venezuela	1.712	Nigéria	37,2	2,2	42,1

Fonte: EIA-DoE (b) (2013); BP (2013). Elaborado pelo autor.

\* Emirados Árabes Unidos.

\*\* Taxa reservas/produção: corresponde ao tempo de vida estimado em anos da reserva sob produção constante em nível atual (PETERS, 2004).

\*\*\* Mais de 100.

Embora a taxa R/P mundial, isto é, o tempo de vida estimado em anos da reserva mundial, ser de 52,9 anos (BP, 2013), de acordo com a EIA-DoE (a) (2013), a descoberta de novas reservas praticamente estagnou<sup>46</sup>, já que o incremento verificado desde os anos 2000 apenas se explica pela revisão ou introdução de novos métodos de mensuração do volume das reservas já existentes.

No que diz respeito ao lado da demanda mundial por petróleo, uma das principais inquietações deriva da vigorosa tendência de ascensão do preço do barril de petróleo, o qual, apesar da desaceleração da economia internacional frente à crise financeira de 2008, passou de US\$ 24,46 em 2001 para US\$ 104,07 em 2013

*North America, East Asia and Western Siberia – but is also thought to be true of Saudi Arabia, the world's leading producer”.*

<sup>46</sup> Segundo Klare (2008, p. 490), “If the global supply of petroleum is to satisfy anticipated world demand in the years ahead, we would need to see a volume of discovery that equates to both the decline in older fields and the added consumption prompted by global economic growth. However, that is not what is happening”.



(UNCTAD, 2013), com previsões de aumento para US\$ 106,00 em 2020 e US\$ 163,00 em 2040 (EIA-DoE (a), 2013). De novo, o elevado crescimento econômico chinês e indiano exerce influência fundamental nesse sentido.

Outra fonte de pressão mais importante ainda é, novamente, o aumento vertiginoso da demanda chinesa e indiana por petróleo. Assim como as tradicionais potências industrializadas, a exemplo dos EUA, Japão e países europeus, China e Índia vem se tornando cada vez mais dependentes e vulneráveis em relação ao suprimento externo de petróleo (KRAEMER, 2008)<sup>47</sup>. As tabelas 3 e 4 são bastante elucidativas a esse respeito.

**Tabela 3. Distribuição geográfica da demanda e importações mundiais (2012).**

Consumo		Importações	
País	Quantia (milhares de barris/dia)	País	Quantia (milhares de barris/dia)
EUA	18.490	EUA	7.383
China	10.277	China	5.904
Japão	4.726	Japão	4.591
Índia	3.622	Índia	2.632
Rússia	3.195	Coreia do Sul	2.240
Arábia Saudita	2.861	Alemanha	2.219
Brasil	2.807	França	1.668
Alemanha	2.388	Singapura	1.360
Coreia do Sul	2.301	Espanha	1.260
Canadá	2.278	Itália	1.198

Fonte: EIA-DoE (b) (2013). Elaborado pelo autor.

**Tabela 4. Relação Importações/Consumo (%) dos 6 maiores consumidores mundiais de petróleo**

EUA	39,9
EU	51,7
China	57,4
Japão	97,1
Índia	72,6

Fonte: EIA-DoE (b) (2013). Elaborado pelo autor.

Entretanto, as condições materiais facilitadoras da securitização energética não se restringem aos aspectos geológicos e econômicos (YERGIN, 2006). De acordo com Klare (2008), as principais reservas mundiais de petróleo se encontram hoje em países subdesenvolvidos que enfrentam sérios problemas políticos de ingovernabilidade e corrupção endêmica, desigualdades socioeconômicas, bem como elevados níveis de violência urbana desatados por rebeliões sociais e conflitos étnicos. O conjunto desses fatores pode atingir diretamente a produção de petróleo, tanto no que diz respeito às

<sup>47</sup> Segundo a AIE-DoE (a), (b) (2013), o consumo de petróleo (em milhares de barris por dia) da China e da Índia cresceu, respectivamente, de 4.917,9 e 2.183,7 em 2001, para 9.330,2 e 3.255,4 em 2010, com projeções para 19.800 e 8.316 em 2040. Mantido esse nível de demanda, a expectativa é de que, em 2035, a China venha a superar os EUA enquanto maior consumidor e importador mundial de petróleo. Como bem lembrado por Kraemer (2008), a China deixou de ser auto-suficiente no que toca a produção de petróleo em 1993.

atividades de extração, quanto a sua distribuição através do transporte marítimo ou por meio de oleodutos.

Essas zonas de instabilidade são afetadas pelo que os analistas chamam de “maldição dos recursos”, caracterizada pela primarização da economia e acentuada concentração de renda nas mãos de uma minoria dominante que, através da coerção e em detrimento da população, detém o controle sobre os dividendos da atividade petrolífera. Esse parece ser o caso do delta do Níger, na Nigéria, em Darfur e no sul do Sudão, bem como no Zimbábue, Angola e Argélia. Para piorar a situação, a ingerência externa de potências industrializadas (a exemplo, sobretudo, dos EUA, Rússia e China), por intermédio do fornecimento de armas e serviços de apoio militar às facções políticas internas, acaba exacerbando os conflitos intra e interestatais. Por exemplo, enquanto os EUA estão armando as forças governamentais na Nigéria e de Angola, a China proporciona ajuda às forças governamentais no Sudão e no Zimbábue (KLARE (b), 2008).

Recentemente, as revoltas e manifestações populares que varreram o oriente médio, caracterizando o fenômeno político-social intitulado Primavera Árabe<sup>48</sup>, de igual modo pressionam a securitização energética na região. Não a toa o conflito civil na Líbia ter sido considerado pelo Departamento de Energia e Mudança Climática da Grã Bretanha, em sua Estratégia de Segurança Energética (DECC, 2012), uma das principais fontes de ameaça ao suprimento de petróleo no oriente médio. Segundo o documento, tal conflito foi responsável pela retirada de 2.300 milhares de barris/dia do mercado internacional, resultando no aumento em 10 a 20% do preço dessa commodity. Na Arábia Saudita, a longa e problemática relação entre os EUA e o regime saudita em matéria de segurança se tornou uma fonte de grande tensão no país, na medida em que um número cada vez maior de jovens sauditas passa a nutrir sentimentos anti-estadunidenses, devido aos laços com Israel e ao que pode ser visto como preconceitos anti-islâmicos por parte dos Estados Unidos (KLARE, 2004).

Na região caucasiana, a estabilidade política também é bastante delicada. Em 2008, por exemplo, as revoltas separatistas na Geórgia puseram em lados opostos duas grandes potências: os EUA, que deram respaldo ao governo pró-ocidental do presidente Mijail Saakashvili, com armamento e apoio político-militar; e a Rússia que, em auxílio às regiões separatistas de Abkhazia e Ossétia do Sul, chegou mesmo a realizar incursões

---

<sup>48</sup> Iniciando-se ainda em 2010 na Tunísia, a Primavera Árabe se estendeu pelo Egito e pela Líbia em 2011, até desembocar na guerra civil da Síria que se prolonga até os dias hodiernos.

militares no território georgiano com suas próprias forças armadas. Acontece que a Geórgia tem um papel estratégico fundamental não só para ambos os países, mas principalmente para Europa, porque é lá que está o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que transporta petróleo e gás natural do Mar Cáspio para os mercados ocidentais (KLARE, 2008). Em 2014, as revoltas separatistas na Ucrânia (Donetsk e Luhansk), a anexação da Criméia pela Rússia e a imposição de sanções econômicas a este país pelos membros do G7 capitaneados pelos EUA, igualmente impactaram diretamente as relações comerciais de energia entre russos e europeus. Em parte como resposta às sanções ocidentais, a Rússia firmou, em maio desse ano, um acordo energético com a China, no qual, em troca de US\$ 400 bilhões, comprometeu-se a abastecer, a partir de 2018, cerca de 25% (38 bilhões m<sup>3</sup>/ano) do consumo de gás natural da China (LUFT, 2014). Temerários das possíveis implicações desse acordo, em reunião emergencial realizada em Bruxelas nesse mesmo mês, o G-7 emitiu um relatório denominado *Hard Truths, Difficult Choices: Recommendations to the G-7 on Bolstering Energy Security*, onde alertava os países europeus sobre os perigos de uma possível escalada do conflito na região e sua repercussão no suprimento russo de gás natural para a Europa (G-7, 2014). Em boa medida, esses temores foram confirmados, um mês depois, com a total interrupção do fornecimento de gás natural russo à Ucrânia (BBC-Brasil, 2014).

Os ataques terroristas de 11 de setembro adicionaram mais um elemento para a percepção de insegurança em relação ao fornecimento energético no século XXI. Com efeito, a logística de produção e distribuição de petróleo e gás natural oferecem inúmeros alvos para ações terroristas, desde refinarias de petróleo e tanques de armazenamento de combustível, até redes geradoras de energia, terminais e tubulações de óleo e gás natural. De acordo com Proninska (2006), desde a invasão do Iraque em 2003, o mundo tem assistido, sobretudo no oriente médio, um crescente número de atentados terroristas ao setor energético. Realmente, em maio de 2004, por exemplo, homens armados ligados a Al-Qaeda assassinaram trabalhadores de uma refinaria ocidental de petróleo em Yanbu, na Arábia Saudita. Quatro semanas depois, outro grupo de militantes armados destruiu um acampamento residencial de trabalhadores ocidentais em Khobar, próximo a Dhahran, centro de produção petrolífera da região. Em 23 de fevereiro de 2006, terroristas suicidas, através de veículos carregados de explosivos, tentaram invadir uma instalação britânica de processamento de petróleo em Abqaiq e “queimar” 6,8 milhões de barris de petróleo produzidos naquele dia (KLARE, 2008). Mais recentemente, em junho de 2014, combatentes jihadistas do grupo Estado Islâmico

no Iraque e no Levante (EIL) conquistaram a segunda maior cidade iraquiana, Mossul, e se apoderaram da refinaria de Tawke, no norte do país, incitando os Estados Unidos a se articularem rapidamente com a Rússia e países da região, como o Irã e a Arábia Saudita, com o objetivo de contornar a situação (ESPINOSA, 2014).

Os conflitos diplomáticos, a competição política e a disputa econômica por recursos energéticos também constituem condições materiais facilitadoras para a securitização da energia. As relações erráticas entre os EUA e o Irã, alimentadas, por um lado, pelo medo de que o Irã desenvolva armas nucleares, e, por outro lado, pelo mal estar produzido diante da qualificação estadunidense do Irã como país pertencente ao “eixo do mal”, frequentemente colocam em xeque o escoamento de boa parte de produção de petróleo do Golfo Pérsico (KLARE, 2004). Por exemplo, em 2012, como represália às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao Banco Central iraniano, o governo de Ahmadinejad ameaçou fechar, por meio de manobras militares, o Estreito de Hormuz, região localizada no Golfo Pérsico por onde passam cerca de 20% de todo o petróleo comercializado no mundo e 35% do petróleo comercializado por via marítima, equivalente ao tráfego de 17 milhões de barris por dia em 2011 (ANP, 2013). Em acréscimo, antigas disputas fronteiriças entre o próprio Irã e os Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita e Catar e Bahrein, sem falar no centenário conflito israel-palestino, têm enorme potencial para desestabilizar politicamente o oriente médio, botando em risco a produção de petróleo na região (PRONINSKA, 2006).

Na bacia do Mar Cáspio, não só os países locais (Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) nutrem entre si disputas territoriais para o acesso ao Mar Cáspio e pelo controle dos dutos de petróleo e gás natural que abastecem a Europa, como também Estados Unidos, China e Rússia competem pela influência hegemônica na região. De um lado, estão os EUA que, após a desintegração da URSS, consolidaram sua presença nos países da região através de programas de liberalização econômica (em estreita parceria com o FMI) e operações de investimento que escancaram a produção local de gás natural para a entrada “modernizadora” das empresas estadunidenses. Após os ataques terroristas de 2001, os EUA, por meio da instalação de bases militares, também aumentaram sua presença militar na região, nomeadamente no Quirguistão e Uzbequistão (KLARE, 2004). De outro lado, estão China e Rússia que, com o fito de, respectivamente, obter acesso às valiosas fontes energéticas da Ásia Central e recuperar influência política e econômica na região, agruparam-se com Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão e

criaram a Organização de Cooperação Shanghai (SCO) em 2001 (KRAEMER, 2008). Enquanto aliança militar e econômica, a SCO tem por finalidade oficial manter a estabilidade política da região frente a ameaças terroristas e movimentos étnico-separatistas (sobretudo islâmicos). Mas, nas entrelinhas, a SCO é utilizada pela China e pela Rússia para conter o avanço da OTAN na Bacia do Mar Cáspio (KLARE, 2008; KRAEMER, 2008; ODGAARD; DELMAN, 2014).

Outra região bastante delicada e cuja instabilidade pode afetar amplamente as percepções de insegurança energética é o Mar da China. Conforme Proninska (2006), essa região não só é detentora de importantes reservas energéticas, como também é fundamental no transporte e escoamento da produção entre o leste e sul asiáticos e o Golfo Pérsico. Ao nordeste do Mar da China, Japão e China compartilham desavenças entorno de rivalidades históricas e disputas territoriais, nomeadamente, a posse das Ilhas Senkaku. Ao sul do Mar da China, o Estado chinês reivindica o direito de posse sobre a Baía de Tonkin e as Ilhas Spratly, enfrentando grande resistência por parte do Vietnã, Malásia, Taiwan e Filipinas. Entretanto, também disputam entre si Malásia e Filipinas, por territórios a leste de Borneo, e Malásia e Vietnã, sobre fronteiras marítimas no Golfo da Tailândia. Finalmente, uma questão de grande concernimento, sobretudo para o governo chinês, é a defesa do Estreito de Malacca, por onde passa cerca de 20 milhões de barris de petróleo por dia e dois terços do fornecimento mundial de GNL<sup>49</sup>, abastecendo países como China, Japão, Coreia do Sul, Filipinas, etc (ODGAARD; DELMAN, 2014). Além de ser ameaçada por ataques terroristas e navios piratas, essa região é marcada por forte competição geopolítica entre EUA, China, Japão, Índia e Taiwan. O governo chinês, por exemplo, preocupa-se com as bases militares estadunidenses lá instaladas supostamente com o fito de garantir a circulação segura de mercadorias internacionais. O temor recai na possibilidade de os EUA interromperem a passagem aos navios chineses em uma eventual escalada militar decorrente do confronto político entre China e Taiwan. Outrossim, EUA, Japão, Taiwan e Índia temem o incremento da militarização naval e expansão de forças armadas chinesas rumo ao Estreito de Malacca.

Enfim, inúmeras são as condições materiais facilitadoras, tanto geológicas e econômicas quanto geopolíticas, que podem ensejar um discurso securitizador da questão energética. A questão justamente é quando esse discurso ganhará aceitação

---

<sup>49</sup> Gás Natural Liquefeito.

suficiente pelo público alvo para legitimar a adoção de medidas emergenciais, e que implicações tais medidas terão na segurança internacional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Nas páginas que correram, este artigo se propôs a fazer uma releitura da questão energética enquanto assunto de segurança internacional. Para tanto, estribado no conceito de securitização de Buzan (1997), ofereceu, na primeira seção, uma redefinição para segurança energética, a qual passou a ser entendida como um compartilhamento intersubjetivo, entre os sujeitos de uma coletividade, da percepção (e não da presença real) de uma ameaça existencial a um objeto referencial (Estado, nação, empresas, ecossistema, etc.) desatada pela imposição de obstáculos de variada natureza ao acesso ou extração regular e sustentável (em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais) de recursos estratégicos energéticos. Na segunda seção, buscou-se identificar as origens históricas de onde suscitou o discurso responsável, pela primeira vez, por construir esse compartilhamento intersubjetivo no cenário internacional. Viu-se nesse momento que foi a Doutrina Carte de 1980, concebida pelos líderes políticos estadunidenses diante das sucessivas crises de petróleo de 1973 e 1979, quem introduziu a questão energética na agenda de segurança internacional. Todavia, foi apenas com o fim da Guerra Fria, sobretudo no início do século XXI, que o discurso de segurança energética veio a se consolidar, principalmente na esfera econômica e política, restando de fato pouco espaço para os aspectos ambientais (MULLIGAN, 2008). Na seção três, portanto, descreveram-se algumas das condições matérias facilitadoras, tanto econômicas e geológicas quanto geopolíticas que permitiram o florescimento de tentativas de discursos securitizadores da energia, cuja expressão máxima, talvez, tenha sido a invasão do Iraque em 2003: esgotamento das reservas convencionais de petróleo; estagnação da produção convencional mundial; elevação internacional dos preços do petróleo; aumento dos custos econômicos e ambientais para o desenvolvimento de tecnologias capazes de extrair recursos energéticos de reservas não-convencionais; vertiginoso acréscimo da demanda energética global, alavancada pelo crescimento econômico chinês e indiano; instabilidade política e conflitos internos nas maiores zonas exportadoras de petróleo; ataques terroristas à infraestrutura da cadeia global de

produção energética; e, por último, disputas geopolíticas entorno do acesso aos recursos energéticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AHMED, Nafeez. Imminent peak oil could burst US, global economic bubble – study. **The Guardian – Environment: Global Insight**, 19 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2013/nov/19/peak-oil-economic-growth>>. Acesso em: 11 fev. 2015;

ANP. Boletim Anual de Preços, 2013: preços do petróleo, gás natural e combustíveis nos mercados nacional e internacional; In: **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Rio de Janeiro: ANP, 2013;

BAUMANN, Florian. Energy security as multidimensional concept. In: **CAP Policy analysis**. Research Group on European Affairs: n. 1, pp. 4-14 março, 2008;

BBC-Brasil. **Rússia suspende fornecimento de gás e intensifica crise na Ucrânia**, 16 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140616\\_ucrania\\_russia\\_gas\\_fn](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140616_ucrania_russia_gas_fn)>. Acesso em: 11 fev. 2015;

BICALHO, Ronaldo; QUEIROZ, Renato. Segurança Energética e Mudança Climática: estruturando o debate energético. In: **Grupo de Economia da Energia - Texto para discussão 003/2012**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, pp. 1-34, 2012;

BP. **Statistical Review of World Energy**, 2013. Disponível em: <[http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_2013.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2015;

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. In: **Cooperation and Conflict**, Nordic International Studies Association, n. 32, v. 5, pp. 5-28, 1997;

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Macrosecuritisation and Security Constellations: Reconsidering Scale In Securitisation Theory. In: **Review of International Studies**, British International Studies Association, Cambridge: v. 35, pp. 253-276, abril, 2009;

CARTER, Jimmy. State of the Union Address 1980, January 23, 1980. **Jimmy Carter Library**, 1980. Disponível em: <<http://www.jimmycarterlibrary.org/documents/speeches/su80jec.phtml>>. Acesso em: 07 ago. 2014;

CIUTĂ, Felix. Conceptual Notes on Energy Security: Total or Banal Security?. In: **Security Dialogue**. International Peace Research Institute, Oslo: Sage, v. 41, n. 2, pp. 123-144, 2010. Disponível em: <[http://relooney.fatcow.com/NS4053-Energy/0-Energy-Security\\_24.pdf](http://relooney.fatcow.com/NS4053-Energy/0-Energy-Security_24.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014;

COLLINS, Alan (Ed.). **Contemporary Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010;

CROFT, Stuart. What Future for Security Studies? In: WILLIAMS, P. D. (Ed). **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008. Cap. Conclusion, pp. 499-512;

CSUR. **Understanding Tight Oil**. Information About Canada's Emerging Energy Resources, 2013; Disponível em: < [http://www.csur.com/sites/default/files/Understanding\\_TightOil\\_FINAL.pdf](http://www.csur.com/sites/default/files/Understanding_TightOil_FINAL.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

DAVEY, Brian. Peak Oil Revisited... In: **Resilience.org.**, Post Carbon Institute, California, 2014. Disponível em: < <http://www.resilience.org/stories/2014-06-06/peak-oil-revisited>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

DECC, **Energy Security Strategy**; London: The Stationery Office, 2012. Disponível em: < [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/65643/7101-energy-security-strategy.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/65643/7101-energy-security-strategy.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

EIA-DoE (a). **International Energy Outlook: with projections to 2040**, 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484%282013%29.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

\_\_\_\_\_ (b) **International Energy Statistics**, 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

ESPINOSA, Ángeles. O Iraque pede a Obama que bombardeie redutos de rebeldes jihadistas. **El País**, Edição Brasil, Seção Internacional, 19 jun. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/18/internacional/1403077676\\_698054.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/18/internacional/1403077676_698054.html)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

FLAHERTY, C.; FILHO, W. L. Energy Security as a Subset of National Security. In: FILHO, W. L.; VOUDOURIS, V (Eds). **Global Energy Policy and Security: Lecture Notes in Energy**. London: Springer-Verlag, pp. 11-25, 2013;

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992;

FUSER, Igor. **O petróleo e o Envolvimento Militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**, 2005. 329 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas", da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) -, São Paulo, 2005;

----- O petróleo e a Política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. In: **5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Belo Horizonte, jul. 2006, pp. 23-37;

----- Os Recursos Energéticos e as teorias das Relações Internacionais. In: HAGE, J. A. (Org.). **A Energia, a Política Internacional e o Brasil**. São Paulo: Instituto Memória, 2008;



GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981;

G-7. Hard Truths, Difficult Choices: Recommendations to the G-7 on Bolstering Energy Security. In: **Institute for the Analysis of Global Security**, 20 maio 2014. Disponível em: <<http://www.iags.org/G7energysecurityreport.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

HINNEBUSCH, Raymond. The American Invasion of Iraq: Causes and Consequences. In: **Perceptions**, Spring, pp. 9-27, 2007. Disponível em: <<http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/Raymond-Hinnebusch.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

HOLSTI, K. J. **The State, the War, and the State of War**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004;

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das Civilizações**. São Paulo: Objetiva, 1997;

JHAVERI, N. J. Petroimperialism: US Oil Interests and the Iraq War. In: **Antipode**, Malden: pp. 2-11, 2004. Disponível em: <[https://dk-media.s3.amazonaws.com/AA/AT/gambillingonjustice-com/downloads/275821/Petroimperialism-US\\_oil\\_interests\\_and\\_the\\_Iraq\\_War.pdf](https://dk-media.s3.amazonaws.com/AA/AT/gambillingonjustice-com/downloads/275821/Petroimperialism-US_oil_interests_and_the_Iraq_War.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

IEA. **Key World Energy Statistics**, 2013. Disponível em: <<http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/name-31287-en.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

KALDOR, Mary. **New & Old Wars: organizes violence in a global era**. Standrod, California: Stanford University Press, 2001;

KLARE, M. T. The New Geography of Conflict. In: **Foreign Affairs**, may/june 2001. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/57030/michael-t-klare/the-new-geography-of-conflict>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

----- Sangue Por Petróleo: A Estratégia Energética de Bush e Cheney. In: **Socialist Register**, pp. 201-224, 2004. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/libros/social/2004pt/09\\_klare.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

----- Energy Security. In: WILLIAMS, P. D. (Ed). **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008. Cap. 32, pp. 483-496;

----- (b). A nova geopolítica da energia. In: **Carta Maior**; Tendências Globais, Matéria da Editoria: Internacional, 22, maio 2008; <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-nova-geopolitica-da-energia%0d%0a/6/14206>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

KRAEMER, S. M. China's and India's Emerging Energy Foreign Policy. In **Discussion Paper/German Development Institute**; Bonn: DIE, pp. 1-17, 2008. Disponível em: <<http://worldfellows.yale.edu/sites/default/files/files/DIEChinasandIndiasEmergingEnergyForeignPolicy.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

LINS, H. N. Geoeconomia e Geopolítica dos Recursos Energéticos no Capitalismo Contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI. In: **3º Encontro Nacional da ABRI**, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200028&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200028&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

LUFT, Gal. The Sino-Russian gas deal – not the “loss of China”. In: **Journal of Energy Security**, spring issue, 27 maio 2014; Disponível em: <[http://www.ensec.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=548:the-sino-russian-gas-deal-not-the-loss-of-china&catid=143:issue-content&Itemid=433](http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=548:the-sino-russian-gas-deal-not-the-loss-of-china&catid=143:issue-content&Itemid=433)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

MACLEOD, David. New Energy Report from I.E.A. Forecasts Decline in North American Oil Supply. In: **Resilience.org.**, Post Carbon Institute, California, 4 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.resilience.org/stories/2014-06-04/new-energy-report-from-i-e-a-forecasts-decline-in-north-american-oil-supply>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2003;

MULLIGAN, Shane. The Changing Face of Energy Security. In: **80th Annual Conference of the Canadian Political Science Association**. Vancouver BC, 4-6 jun. 2008. Disponível em: <http://www.cpsa-acsp.ca/papers-2008/Mulligan.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014;

ODGAARD, Ole.; DELMAN, Jorgen. China's energy security and its challenges towards 2035. In: **Energy Policy**. Elsevier: v. 71, pp. 107-117, 3 maio 2014;

OLIVEIRA, L. K. Segurança Energética no Atlântico Sul: análise comparada dos conflitos e disputas em zonas petrolíferas na América do Sul e África. In: **33º Encontro Anual da ANPOCS**, Grupo de Trabalho 03: América do Sul e Regionalismos Comparados. Caxambu, 30 out. 2009. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1785&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1785&Itemid=229)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

---

**Energia como Recurso de Poder na Política Internacional:** geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética. Porto Alegre, 2012. 400 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012;

PETERS, Susanne. Coercive Western Energy Security Strategies: “resources wars” as a new threat to global security. In: **Geopolitics**, v. 9, n. 1, pp. 187-212, 2004. Disponível em: [http://relooney.info/NS4053-Energy/0-Harold\\_34.pdf](http://relooney.info/NS4053-Energy/0-Harold_34.pdf). Acesso em: 22 jun. 2014;

PRONINSKA, Kamila. Energy and Security: regional and global dimensions. In: **SIPRI Yearbook 2007 – Armaments, Disarmament and International Security**. Oxford University Press, pp. 215-240, 2007. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2007/files/SIPRIYB0706.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

RAPHAEL, S.; STOKES, D. Energy Security. In: COLLINS, Alan (Ed.). **Contemporary Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010;

RUDZIT, Gunther. NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**; Brasília: v. 53, n. 1, pp. 5-24, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100001&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 fev. 2015;

SANTOS, M. M. dos; MATAI, L. dos S. A importância da industrialização do xisto brasileiro frente ao cenário energético mundial. In: **Revista Escola de Minas**. Ouro Preto: v. 63, n. 4, pp. 673-678, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v63n4/a12v63n4.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

UNCTAD. Free Market Commodity Prices, anual, 1960-2013. In: **UNCTADSTAT**, 2013. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/tableViewer/tableView.aspx?ReportId=30727>>. Acesso em: 12 fev. 2015;

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. In: **International Studies Quarterly**, International Studies Association, v. 35, n. 2, pp. 211-239, 1991;

WILLIAMS, P. D. (Ed). **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008;

WOLFE, Wojtek. Contemporary Energy Security: Understanding US and China Energy Competition and Cooperation. In: **ISA's 50th Annual Convention - Exploring the Past, Anticipating the Future**, New York NY, 2009. Disponível em: <[http://citation.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/3/1/2/6/3/pages\\_312639/p\\_312639-1.php](http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/2/6/3/pages_312639/p_312639-1.php)>. Acesso em: 23 jun. 2014;

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. In: **Foreign Affairs**. New York: v. 86, n. 2, pp. 69-82, 2006. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/61/second/daniel\\_yergin\\_energysecurity.pdf](http://www.un.org/ga/61/second/daniel_yergin_energysecurity.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015;